



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

 **KARINA
DURIGON**
28/04/2026 17:50

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO TRT4 Nº 131/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2268/2026
UASG: 080014
OBJETO: Compra de acessórios para a câmera Canon C80
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA EMPRESAS ME e EPP
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/05/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 10h às 16h
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item



A adesão do TRT da 4ª Região ao **Programa Nacional de Prevenção à Corrupção** reforça o compromisso institucional com a transparência, a ética e a integridade.

[Acesse aqui o Guia de Conduta de Ética e Integridade para Licitantes, Fornecedores e Contratados](#)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2268/2026
UASG 080014**

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 131/2026

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO** (TRT4), com sede na Av. Praia de Belas nº 1.100, em Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.520.619/0001-52, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 08/05/2026

Link: <https://pncp.gov.br/editais>

Horário da Fase de Lances: 10:00 às 16:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de acessórios para a câmera Canon C80, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Cartão de memória com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• Tipo SD;• Capacidade de armazenamento de 512GB ou superior;• Classe de velocidade V90 ou superior. Modelo de referência: Sandisk	peça	2
2	Bateria com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• padrão Canon BP-A60N. Modelo de referência: Canon	peça	1
3	Gaiola inteira para a câmera Canon C80, com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• construção com barras superior, inferior e laterais em alumínio;• design com acesso liberado para compartimentos de bateria e de cartões de memória;• design com acesso liberado (diretamente ou por extensores) para os botões superiores e laterais;• design com acesso liberado para sapata de flash externo;• presença de sapata fria na parte superior;	peça	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	<ul style="list-style-type: none">● encaixes de rosca $\frac{1}{4}$ e $\frac{3}{8}$ nas partes laterais, superior e inferior. Modelo de referência: Tilta		
4	Filtro de densidade neutra variável com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">● encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 77mm;● regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;● escurecimento homogêneo em toda área do filtro. Modelos de referência: K&F, Neewer, Urth	peça	2
5	Filtro de densidade neutra variável com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">● encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 43mm;● regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;● escurecimento homogêneo em toda área do filtro. Modelos de referência: K&F, Urth	peça	1
6	Filtro de densidade neutra variável com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">● encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 52mm;● regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;● escurecimento homogêneo em toda área do filtro. Modelos de referência: K&F, Neewer, Urth.	peça	1

1.2.1.O objeto deverá ser entregue na Av. Praia de Belas, 1100, sala 1003, Porto Alegre/RS, CEP 90110-903.

1.2.2.O prazo de entrega será 60 dias a contar do 1º dia útil subsequente ao envio da nota de empenho.

1.2.3.Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando por participar de mais de um item, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que deseja participar.

1.2.4. As especificações técnicas solicitadas neste neste Aviso de Dispensa Eletrônica devem estar publicadas no site oficial do fabricante de cada produto oferecido; caso a informação não conste no site, esta comprovação pode ser feita apresentando o manual do respectivo equipamento ou uma declaração oficial do próprio fabricante.

1.2.5. Os produtos devem possuir, no mínimo, doze meses de garantia, ou superior caso seja oferecida pelo fabricante, referente a defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento definitivo.

1.2.6. Durante o período de garantia, a empresa fornecedora deverá se responsabilizar pelos serviços técnicos e peças necessárias para manter os equipamentos em



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

perfeito funcionamento, dentro das especificações do fabricante, sem qualquer ônus para o Tribunal.

1.2.7. Eventuais custos de transporte dos equipamentos até a assistência técnica, caso não esteja localizada em Porto Alegre/RS, também serão de responsabilidade da empresa fornecedora.

1.2.8. Os serviços serão solicitados mediante a abertura de chamado do Tribunal via e-mail.

1.3. Da apresentação das amostras:

1.3.1. O Agente de Contratação poderá solicitar amostra do(s) produto(s) ofertado(s) pela empresa/fornecedor classificado em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.

1.3.2. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta será desclassificada, passando-se à análise das propostas remanescentes, observada a ordem de classificação.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRT4 a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) servidores que tenham participado do planejamento da contratação ou que desempenhem função na área de licitações e contratos do TRT4;
- e) servidores ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento vinculados à Secretaria de Administração, à Diretoria-Geral, à Assessoria Jurídica da Presidência, à Secretaria-Geral da Presidência e às demais unidades envolvidas no certame;;
- f) o Presidente do Tribunal ou o desembargador que estiver no exercício da Presidência do TRT4;
- g) o Diretor da Escola Judicial do TRT4 ou o desembargador que estiver no exercício do cargo, em relação às contratações da referida unidade;
- h) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos agentes públicos referidos nas alíneas “d”, “e”, “f”, e “g”;
- i) pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários as pessoas referidas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h”;
- j) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- k) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” do item 2.2.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.2.3.3. As vedações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do item 2.2.3 se estendem às contratações cujo procedimento de dispensa eletrônica tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como os certames iniciados até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

2.2.3.4. O disposto nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do item 2.2.3 e no item 2.2.3.3 não afasta a incidência de outras vedações previstas em lei ou em atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1. Quando permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.2.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.2.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.3. Independentemente do percentual de tributo previsto na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 3.5.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.5.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 3.5.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.5.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.5.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- 3.5.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 3.6. O fornecedor deve informar os preços de cada item, em moeda corrente nacional (Real), obrigatoriamente com duas casas decimais (centavos de Real).
 - 3.6.1. Na hipótese de o lance vencedor apresentar valor com número superior de casas decimais, serão consideradas apenas os centavos de reais, desconsiderando-se as demais casas após a vírgula.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 10:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário de cada item**.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, é de 0,1% (um décimo por cento).
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação daquele que o ofertou.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. A classificação das propostas será apurada pelo critério de **menor preço do item**.
- 5.2. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço.
- 5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do considerado adequado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, visando a obtenção de melhor proposta.
 - 5.3.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo considerado adequado pela Administração;
 - 5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou o menor lance que:
 - 5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresentando preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo (quando houver) que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou quando necessários esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Erros no preenchimento da planilha (quando houver) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, poderá ser examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 5.13. As propostas obtidas na Dispensa Eletrônica serão utilizadas para a estimativa de preços da contratação, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65/2021.
- 5.14. A empresa que apresentar a melhor proposta na dispensa eletrônica somente será contratada se o preço ofertado for o mais vantajoso dentre todos os valores da estimativa de preços, incluindo os obtidos fora da dispensa eletrônica.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão verificados e/ou solicitados em relação ao fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o TRT4 diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação.
 - 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o TRT4 poderá examinar a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a Nota de Empenho.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para aceitar a Nota de Empenho contado a partir da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

7.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5. Na emissão da nota de empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista exigidas neste aviso de dispensa eletrônica.

8. SANÇÕES

8.1. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.

8.2. Comete infração administrativa o licitante, adjudicatário ou contratado que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.4. Na hipótese de atraso na entrega do bem e/ou da prestação do serviço, a contratada estará sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação objeto do atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 8.5. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto contratado, a contratada estará sujeita a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada.
- 8.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada àquele que praticar quaisquer das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o apenado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 8.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos
- 8.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente à penalidade de multa.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no Sistema de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser adotadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância e a validade jurídica das propostas e os documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão àquelas previstas neste Aviso.
- 9.10. A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.
- 9.11. A contratada, o preposto e os empregados, vinculados à contratação decorrente deste procedimento, deverão conhecer e observar a Portaria GP.TRT4 nº 4.081/2023, que regulamenta o tratamento das notícias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, de acordo com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
- 9.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;
- 9.12.3. ANEXO III – Documento de Formalização da Demanda;
- 9.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta.

Documento assinado digitalmente

KARINA DURIGON

Coordenadora de Licitações e Contratos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 No caso de sociedade cooperativa, apresentação dos seguintes documentos: a) ata de fundação; b) estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; c) o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971; d) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; e) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; f) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, quando cabível; g) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;
- 1.8 Os documentos referidos nos subitens acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 2.3 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei, a qual deverá incluir todos os tributos estaduais;
- 2.4 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- 2.5 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- 2.7 Em relação às fornecedoras cooperativas será exigida, quando for o caso, a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- 2.8 Para contratações que se enquadrarem como entrega imediata (prazo de até 30 dias), com valores inferiores a 1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral (artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento (alínea “c” do inciso IV do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021), somente serão exigidas as seguintes condições de regularidade:
 - 2.8.1 pessoa jurídica as condições previstas nos itens 2.2, 2.5 e 2.6;
 - 2.8.2 pessoa física a condição prevista no item 2.2.

3 Da consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN):

- 3.1 Fica o fornecedor ciente de que, após a adjudicação do objeto e a homologação do certame, antes da emissão da Nota de Empenho, será realizada consulta ao CADIN e, caso verificadas pendências naquele Cadastro, será o fornecedor notificado para que comprove a regularização, no prazo de **10 dias úteis**, sob pena de não emissão da Nota de Empenho.
 - 3.1.1 Será realizada, ainda, consulta ao CADIN em eventuais aditivos à contratação e, caso verificadas pendências naquele Cadastro, será a contratada notificada para que comprove a regularização, no prazo de **10 dias úteis**, prorrogáveis a critério da Administração, sob pena de não celebração do respectivo aditivo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Termo de Referência - Dispensa de Licitação

1 Definição de Objeto

1.1. Aquisição de acessórios para a câmera Canon C80.

1.2. Detalhamento dos bens que compõem a solução:

Item	Descrição	Unidade
1	<p>Dois cartões de memória com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo SD;• Capacidade de armazenamento de 512GB ou superior;• Classe de velocidade V90 ou superior. <p>Modelo de referência: <u>Sandisk</u></p>	peça
2	<p>Uma bateria com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• padrão Canon BP-A60N. <p>Modelo de referência: <u>Canon</u></p>	peça
3	<p>Uma gaiola inteira para a câmera Canon C80, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• construção com barras superior, inferior e laterais em alumínio;• design com acesso liberado para compartimentos de bateria e de cartões de memória;• design com acesso liberado (diretamente ou por extensores) para os botões superiores e laterais;• design com acesso liberado para sapata de flash externo;	peça



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

	<ul style="list-style-type: none">• presença de sapata fria na parte superior;• encaixes de rosca $\frac{1}{4}$ e $\frac{3}{8}$ nas partes laterais, superior e inferior. <p>Modelo de referência: <u>Tilta</u></p>	
4	<p>Dois filtros de densidade neutra variável com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é <u>77mm</u>;• regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;• escurecimento homogêneo em toda área do filtro. <p>Modelos de referência: <u>K&F</u>, <u>Neewer</u>, <u>Urth</u></p>	peça
5	<p>Um filtro de densidade neutra variável com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é <u>43mm</u>;• regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;• escurecimento homogêneo em toda área do filtro. <p>Modelos de referência: <u>K&F</u>, <u>Urth</u></p>	peça
6	<p>Um filtro de densidade neutra variável com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é <u>52mm</u>;	peça



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

	<ul style="list-style-type: none">• regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;• escurecimento homogêneo em toda área do filtro. <p>Modelos de referência: K&F, Neewer, Urth</p>	
--	--	--

2 Previsão no Plano de Contratações Anual

2.1. A demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026.

3 Fundamentação da Contratação

3.1. Os elementos que fundamentam a presente contratação constam no Documento de Formalização da Demanda.

4 Especificação dos Requisitos da Contratação

4.1. Para uma adequada e ágil análise das ofertas, as especificações técnicas solicitadas neste termo de referência devem estar publicadas no site oficial do fabricante de cada produto oferecido; caso a informação não conste no site, esta comprovação pode ser feita apresentando o manual do respectivo equipamento ou uma declaração oficial do próprio fabricante.

4.2. Os produtos devem possuir, no mínimo, doze meses de garantia, ou superior caso seja oferecida pelo fabricante, referente a defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento definitivo.

4.3. Durante o período de garantia, a empresa fornecedora deverá se responsabilizar pelos serviços técnicos e peças necessárias para manter os equipamentos em perfeito funcionamento, dentro das especificações do fabricante, sem qualquer ônus para o Tribunal.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

- 4.4. Eventuais custos de transporte dos equipamentos até a assistência técnica, caso não esteja localizada em Porto Alegre/RS, também serão de responsabilidade da empresa fornecedora.
- 4.5. Os serviços serão solicitados mediante a abertura de chamado do Tribunal via e-mail.

5 Critérios de Sustentabilidade

- 5.1. A contratação possui o seguinte critério de sustentabilidade:
- 5.1.1 Deve ser dada preferência a aparelhos mais modernos e eficientes.

6 Modelo de Execução do objeto

6.1. Prazos e Condições

- 6.1.1 Os produtos fornecidos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 dias a contar do 1º dia útil subsequente ao envio da nota de empenho.
- 6.1.2 A entrega deverá ser realizada no endereço da Secretaria de Comunicação Social: Av. Praia de Belas, 1100, sala 1003, Porto Alegre/RS, CEP 90110-903.

7 Modelo de Gestão do Contrato

Dados do Servidor para Combinar a Entrega	
Nome	Inácio do Canto Rocha Filho
Telefone	51 3255-2663 ou 51 99275-5632
E-mail	<u>secom.audiovisual@trt4.jus.br</u>



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

8 Critérios de Pagamento

- 8.1. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2. A contratada deverá efetuar cadastro na página do Sigeo-JT para apresentação da nota fiscal.
- 8.3. Nesta página, a contratada terá acesso ao Sigeo-JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

9 Estudo Técnico Preliminar

- 9.1. Não foi realizado, pois o valor se enquadra nos limites previstos no Art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

10 Sanções Aplicáveis

- 10.1. As sanções relativas a advertências, atrasos na entrega, inexecução total ou parcial e impedimentos obedecerão ao disposto na Lei 14.133/2021 e na Portaria GP.TRT4 2.714/2022.

Responsável pelo Encaminhamento da Contratação
Inácio do Canto Rocha Filho
Chefe da Divisão de Audiovisual



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

JULIANO
MACHADO
DOS
SANTOS
08/04/2026 16:21

Documento de Formalização da Demanda

1. Objeto a ser Contratado

Acessórios para a câmera Canon C80

2. Identificação da Unidade Demandante

Unidade/Setor:	Divisão de Audiovisual
Responsável:	Inácio do Canto Rocha Filho

3. Justificativa da Necessidade da Contratação

A Divisão de Audiovisual utiliza câmeras para registros em vídeo dos eventos institucionais, assim como para filmagens usadas na produção de conteúdos voltados para os públicos interno e externo.

A mais recente aquisição, um equipamento da marca Canon, modelo C80 (proad 475/2026), foi escolhida por ser compatível com as lentes já disponíveis na Secom. Mas os demais acessórios são específicos ao modelo C80, e sua compra é o objetivo desta demanda.

Cartões SD

A C80 dispõe de dois slots para cartões de memória do tipo SD. Como se pode verificar pelo manual da câmera, o pleno uso dos atributos de gravação (padrão RAW) requer velocidade de 678 Mbps ou superior. Assim, são necessários cartões SD com a [classe de velocidade "V90"](#), que garantem velocidade de gravação de 90MB/s (megabytes por segundo), valor equivalente a 720Mbps (megabits por segundo).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Também pelo manual da C80 fica evidenciado que as gravações em padrão RAW consomem 512GB para 90 min de vídeo. As gravações realizadas utilizando essa câmera, nas situações que exigem maior duração, como entrevistas, podem chegar a 2h. Considerando essa taxa de consumo de dados informadas anteriormente, bem como a necessidade de redundância e reserva de armazenamento, a adequada utilização da câmera Canon C80 recomenda a disponibilização de dois cartões de memória de 512GB de capacidade.

Bateria

A C80 utiliza bateria do tipo Canon BP-A60N. Como [vem acompanhada de apenas uma](#), convém a aquisição de uma bateria reserva, a fim de ampliar a autonomia de gravação e conferir redundância na alimentação portátil do equipamento.

Gaiola

Pelos mesmos fundamentos da compra formalizada no proad 6508/2025, a C80 também precisa do equipamento denominado “gaiola”.

As gaiolas agregam peso à configuração de equipamentos, razão pela qual convém serem de alumínio, material mais leve.

Para ampliar a abrangência da proteção, a gaiola deve ter design específico para cada modelo de câmera cobrindo todos os lados do equipamento.

Considerando que os padrões de rosca para equipamentos audiovisuais são $\frac{1}{4}$ e $\frac{3}{8}$ de polegadas, convém que ambas estejam presentes em todas as hastes da gaiola, para versatilidade de usos.

O padrão “sapata” é utilizado em receptores de microfones e equipamentos de iluminação, então precisa haver tal possibilidade de afixação, tanto ao não bloquear a própria sapata da câmera quanto ao oferecer uma outra sapata na gaiola, mesmo que sem conectores eletrônicos (a chamada “sapata fria”).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Por fim, todos os botões de controle e compartimentos de bateria e de cartões de memória precisam ter seu acesso liberado, para garantir pleno uso da câmera sem precisar desmontar a gaiola.

Filtros de Densidade Neutra

Em situações de extrema luminosidade (filmagens externas durante o dia), as lentes fotográficas a serem acopladas à câmera Canon C80 precisam de filtros de densidade neutra. Eles funcionam para a lente como um par de óculos de sol funciona para os olhos humanos. Isso evita que se precise reduzir a entrada de luz por meio do acionamento do obturador ou do diafragma da câmera, o que alteraria indesejadamente algumas características da imagem.

Para maior versatilidade de usos, os filtros precisam ter regulagem da quantidade de luz que deixa passar (em oposição aos filtros com valor de redução de luz fixo).

Como os filtros são atarrachados na frente da lente, é necessário que tenham tamanhos variados, para atender às lentes disponíveis na Secom.

4. Quantidade a ser Contratada e Justificativa

Dois cartões de memória com as seguintes características:

- Tipo SD;
- Capacidade de armazenamento de 512GB ou superior;
- Classe de velocidade V90 ou superior.

Modelo de referência: [Sandisk](#)

Uma bateria com as seguintes características:

- padrão Canon BP-A60N.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Modelo de referência: [Canon](#)

Uma gaiola inteira para a câmera Canon C80, com as seguintes características:

- construção com barras superior, inferior e laterais em alumínio;
- design com acesso liberado para compartimentos de bateria e de cartões de memória;
- design com acesso liberado (diretamente ou por extensores) para os botões superiores e laterais;
- design com acesso liberado para sapata de flash externo;
- presença de sapata fria na parte superior;
- encaixes de rosca $\frac{1}{4}$ e $\frac{3}{8}$ nas partes laterais, superior e inferior.

Modelo de referência: [Tilta](#)

Dois filtros de densidade neutra variável com as seguintes características:

- encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 77mm;
- regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;
- escurecimento homogêneo em toda área do filtro.

Modelos de referência: [K&E](#), [Neewer](#), [Urth](#)

Um filtro de densidade neutra variável com as seguintes características:

- encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 43mm;
- regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;
- escurecimento homogêneo em toda área do filtro.

Modelos de referência: [K&E](#), [Urth](#)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Um filtro de densidade neutra variável com as seguintes características:

- encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 52mm;
- regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais;
- escurecimento homogêneo em toda área do filtro.

Modelos de referência: [K&F](#), [Neewer](#), [Urth](#)

5. Previsão da Data de Entrega do Bem

Prazo de 60 dias após a emissão da nota de empenho.

6. Alinhamento Estratégico

A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico Institucional do Tribunal?

Sim – Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais.

7. Responsável pela Formalização da Demanda

Juliano Machado dos Santos
Diretor da Secretaria de Comunicação Social



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário (R\$)
1	Cartão de memória com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• Tipo SD;• Capacidade de armazenamento de 512GB ou superior;• Classe de velocidade V90 ou superior. Modelo de referência: Sandisk	Peça	2	
PREÇO TOTAL DO ITEM 1 (R\$)				

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário (R\$)
2	Bateria com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• padrão Canon BP-A60N. Modelo de referência: Canon	Peça	1	
PREÇO TOTAL DO ITEM 2 (R\$)				

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário (R\$)
3	Gaiola inteira para a câmera Canon C80, com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• construção com barras superior, inferior e laterais em alumínio;• design com acesso liberado para compartimentos de bateria e de cartões de memória;• design com acesso liberado (diretamente ou por extensores) para os botões superiores e laterais;• design com acesso liberado para sapata de flash externo;• presença de sapata fria na parte superior;• encaixes de rosca ¼ e ⅜ nas partes laterais, superior e inferior. Modelo de referência: Tilta	Peça	1	
PREÇO TOTAL DO ITEM 3 (R\$)				

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário (R\$)
4	Filtro de densidade neutra variável com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> • encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 77mm; • regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais; • escurecimento homogêneo em toda área do filtro. Modelos de referência: K&F, Neewer, Urth	Peça	2	
PREÇO TOTAL DO ITEM 4 (R\$)				

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário (R\$)
5	Filtro de densidade neutra variável com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> • encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 43mm; • regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais; • escurecimento homogêneo em toda área do filtro. Modelos de referência: K&F, Urth	Peça	1	
PREÇO TOTAL DO ITEM 5 (R\$)				

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário (R\$)
6	Filtro de densidade neutra variável com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> • encaixe por rosca externa em lentes cujo diâmetro da rosca interna frontal é 52mm; • regulagem de entrada de luz com nove níveis (ND2 - ND400) ou mais; • escurecimento homogêneo em toda área do filtro. Modelos de referência: K&F, Neewer, Urth.	Peça	1	
PREÇO TOTAL DO ITEM 6(R\$)				

DADOS DA PROPONENTE:

Razão social: _____

CNPJ: _____

Endereço (*CEP, cidade, estado*): _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Falar com: _____